

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2020

(Do Sr. TÚLIO GADÉLHA)

Requer informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde, EDUARDO PAZUELLO, sobre a logística de compra e distribuição de testes RT-PCR, empregados para detectar o coronavírus em pacientes.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Saúde, EDUARDO PAZUELLO, requerimento de informações sobre a compra e distribuição de testes RT-PCR, a fim de elucidar possíveis falhas na compra e uso dos referidos testes. O RT-PCR é um dos exames mais eficazes para diagnosticar precocemente a covid-19 e é empregado em diversos países como método de monitoramento e contenção da pandemia. Consiste, por conseguinte, em importante instrumento de política sanitária voltada ao combate à COVID-19. Assim sendo, requeremos as seguintes informações do Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente:

1. Em que consiste a logística implementada pelo Ministério da Saúde para a compra e distribuição dos testes RT-PCR?
2. Como é feita a estimativa de compra dos testes?
3. A ampla testagem é recomendada pela Organização Mundial da Saúde como instrumento de monitoramento e combate à pandemia. Os RT-PCR são essenciais na interrupção de cadeias de infecção. Assim sendo, como a aplicação do teste está sendo empregada pelo Ministério da Saúde? Quais as ações e estratégias foram

- desenhadas e estão sendo seguidas para seguir a recomendação da OMS?
4. Como o Ministério da Saúde pretende solucionar o problema dos kits enviados às secretarias estaduais e municipais que chegaram ao seu destino incompletos, sem a quantidade de reagentes necessários à realização das testagens?
 5. O ministério lançou o programa “Diagnosticar para Cuidar”, que previa 24,2 milhões de exames no SUS até dezembro. Deste total estimado, qual o percentual de testes aplicados até agora? A meta estabelecida será cumprida?

JUSTIFICATIVA

De acordo com reportagem veiculada pelo Jornal Estadão em 22/11/20¹, um total de 6,86 milhões de testes para o diagnóstico do novο coronavírus, comprados pelo Ministério da Saúde, podem perder a validade entre dezembro deste ano e janeiro de 2021. Esses exames RT-PCR estão estocados num armazém do governo federal em Guarulhos e não foram distribuídos para a rede pública. Até hoje, segundo nos noticia o jornal, o SUS aplicou cinco milhões de testes deste tipo. Ou seja, o País pode acabar descartando mais exames do que já realizou até agora. Ao todo, a Saúde investiu R\$ 764,5 milhões em testes e as unidades para vencer custaram R\$ 290 milhões – o lote encalhado tem validade de oito meses.

Os dados sobre o prazo de validade dos testes em estoque estão registrados em documentos internos do ministério, com compilação de dados até o último dia 19/11. Relatórios acessados pelo Estadão indicam que 96% dos 7,15 milhões dos exames encalhados vencem em dezembro e janeiro. O restante, até março. O ministério já pediu ao fabricante análise para prorrogar a validade dos produtos.

Além do problema com a validade dos testes, secretários estaduais e municipais de saúde relatam, na citada matéria, a impossibilidade de realização de testagens por ter

1 <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,prazo-de-validade-pode-levar-governo-federal-a-jogar-fora-6-8-milhoes-de-testes,70003523522>, acessado em 23/11/2020.



sido constatada a falta de outros componentes para sua realização. De acordo com estas autoridades locais, os kits chegaram incompletos para o diagnóstico, com número reduzido de reagentes usados na extração do RNA, de tubos de laboratório e cotonetes de coletar amostras. Também veem dificuldade para processar amostras. Isso prejudica o repasse dos produtos, pois as prefeituras, em especial, não têm como armazenar grandes quantidades.

Especialistas, porém, dizem que o teste não serve só para diagnóstico. É essencial na interrupção de cadeias de infecção. Recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), publicada em maio deste ano, determina a necessidade de testar e isolar os casos suspeitos como forma de controlar o contágio. “A vantagem da Europa, agora, é que aumentou tanto a capacidade de testagem que é possível detectar casos leves”, diz o vice-diretor da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), Jarbas Barbosa. Para ele, um bom indicador para verificar se o País testa pouco é o número de positivos. Se for acima de 5%, é sinal de que os testes são insuficientes. No Brasil, cerca de 30% dos exames RT-PCR no SUS deram positivo.

Sala das Sessões, em _____ de 2020.

TÚLIO GADELHA

DEPUTADO FEDERAL (PDT/PE).

